# DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 9480/2018

| | |
|---|---|
| **PROCESSO TC/MS** | : TC/8398/2017 |
| **PROTOCOLO** | : 1805808 |
| **ÓRGÃO** | : PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO GOMES |
| **ORDENADOR (A)** | : WILLIAM LUIZ FONTOURA E OUTROS |
| **TIPO DE PROCESSO** | : CONTRATO Nº 04/2017 |
| **RELATOR (A)** | : JERSON DOMINGOS |
| **CONTRATADO (A)** | : MELO FERREIRA & SILVA LTDA - ME |
| **PROCEDIMENTO** | : PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2017 |
| **OBJETO** | : SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR DA ZONA RURAL, PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS, CORRESPONDENTES AO ANO LETIVO DE 2017. |
| **VALOR** | : R$ 191.742,71 (CENTO E NOVENTA E UM MIL, SETECENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS). |

Em análise o Contrato nº 04/2017, o 1º Termo Aditivo e a respectiva execução financeira, oriundos do procedimento licitatório Pregão Presencial nº 06/2017, celebrado entre o Município de Pedro Gomes e a empresa Melo Ferreira & Silva Ltda. - ME, para a realização de serviço de transporte escolar da zona rural, para atender a Secretaria de Educação, Cultura e Desportos, correspondentes ao ano letivo de 2017.

A 3ª Inspetoria de Controle Externo, através da Análise ANA-3ICE-10780/2018 (fls. 194 - 202), manifestou-se pela regularidade da formalização do instrumento contratual, do aditamento e da execução financeira.

O Ministério Público de Contas, através do parecer PAR-4ªPRC-16622/2018 (fl. 203), manifestou-se pela regularidade da formalização do instrumento contratual, do termo aditivo e da execução financeira contratual.

É o relatório.

**DECISÃO**

Da análise dos autos, no que se refere ao procedimento licitatório Pregão Presencial nº 06/2017, o mesmo já foi julgado por esta Corte de Contas através da Decisão Singular nº 8981/2017 (Proc. TC/MS nº 8396/2017).

O Contrato nº 04/2017 encontra-se de acordo com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como na Instrução Normativa TC/MS nº 035/2011, em consonância com as exigências do procedimento licitatório, assim como o 1º Termo Aditivo.

A síntese financeira do instrumento, demonstrada na planilha apresentada pelo Corpo Técnico da 3º Inspetoria de Controle Externo, assim resultou:

| | |
|---|---|
| **Notas de Empenho** | R$ 181.501,28 |
| **Notas Fiscais** | R$ 181.501,28 |
| **Notas de Pagamentos** | R$ 181.501,28 |

Assim, a despesa restou devidamente comprovada, de acordo com as normas de finanças públicas prescritas na Lei Federal nº 4.320/64[1] e com as determinações contidas na legislação regente[2].

Ante o exposto, diante da manifestação da 3ª Inspetoria de Controle Externo e do parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDO**:

I – Pela **REGULARIDADE** da formalização do Contrato nº 04/2017, celebrado entre o Município de Pedro Gomes e a empresa Melo Ferreira & Silva Ltda. – ME e do respectivo termo aditivo (1º), com base no art. 120, II e §4º da

[1] Lei que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no art. 5, XV, b, da Constituição Federal.
[2] Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, Lei Federal nº 4.320/6 e Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013.

Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

II – pela **REGULARIDADE** da execução financeira da contratação em análise, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 c/c. o art. 120, III da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

III – pela **QUITAÇÃO** ao responsável, nos moldes do art. 60[3], da Lei Complementar nº 160/2012 c/c. com o art. 171[4], da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

IV - pela **COMUNICAÇÃO** do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do art. 50[5] da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 c/c. o art. 70, §2º[6], do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013

Campo Grande/MS, 10 de outubro de 2018.

**JERSON DOMINGOS**
GAB. CONS. JERSON DOMINGOS

SMSC

[3] Art. 60. Vale como quitação ao jurisdicionado a publicação no DOTCE/MS da decisão definitiva que tenha julgado regular, inclusive com ressalvas, sua prestação de contas.
Parágrafo único. Julgada regular a prestação de contas, a pessoa legitimamente interessada pode requerer ao Tribunal a certidão de quitação.

[4] Se da efetividade do controle externo do Tribunal resultar demonstrada a regularidade, ainda que com ressalva, das contas prestadas pelo jurisdicionado, ser-lhe-á dada quitação (LC nº 160, de 2012, arts. 59, *caput*, I e II, e §§ 1º, 2º e 3º, e 60).

[5] Art. 50. As intimações dos atos processuais e demais comunicações do Tribunal podem ser realizadas dos seguintes modos ou formas:
I - pelo Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (DOTCE/MS);
II - por correspondência física ou eletrônica, com a prova do recebimento;
III - em portal eletrônico do Tribunal de Contas;
IV - pela autoridade competente, provada com a assinatura do jurisdicionado, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa ou de impossibilidade para assinar, com a declaração escrita daquela autoridade.
Parágrafo único. A intimação por edital deve ser realizada na forma estabelecida nas disposições do inciso I, conforme a disciplina do regulamento.

[6] Art. 70. Decisão Singular é o instrumento de formalização do ato de Conselheiro, no exercício do Juízo Singular (arts. 9º e 10º), inclusive no caso de apreciação da legalidade de ato de pessoal para o fim de registro.
(...)
§2º Apreciada ou decidida singularmente a matéria do processo, os autos serão remetidos ao Cartório para a publicação do ato e as demais providências cabíveis.